

RELATÓRIO GEAFI

9 | 2025

Sumário

1. Introdução	3
2. Critérios para o Planejamento e Execução Orçamentárias	3
3. Plano de Benefícios (PB)	3
3.1. Gestão Previdencial.....	4
3.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Previdencial 2025	4
3.2.1. Contribuições.....	5
3.2.2. Serviços de Custódia.....	6
3.2.3. Tarifas de Investimentos	6
3.2.4. Benefícios	7
3.2.5. Institutos	7
3.2.6. Devoluções.....	8
4. Plano de Gestão Administrativa (PGA)	8
4.1. Gestão Administrativa	9
4.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Administrativa 2025	9
4.2.1. Taxa de Carregamento	10
4.2.2. Receitas Diretas.....	11
4.2.3. Pessoal e Encargos	11
4.2.4. Treinamentos/Congressos/Seminários	12
4.2.5. Viagens e Estadias.....	12
4.2.6. Serviços de Terceiros.....	13
4.2.7. Plano Gerencial de Tecnologia e Informação (PGTI)	13
4.2.8. Plano Gerencial de Comunicação e <i>Marketing</i> (PGCM)	14
4.2.9. Plano Gerencial de Administração (PGAD)	15
4.2.10. Tributos	15
4.2.11. Provisões Contingenciais	16
4.2.12. Execução Orçamentária das Despesas Administrativas	16
4.3. Evolução do Ativo do PGA em 2025	17
4.4. Custeio da Devolução do Empréstimo Inicial	19
5. Indicadores de Gestão	19
6. Prestação de Suprimentos de Fundos (Cartão de Crédito).....	25
7. Contratos Firmados ou Aditivados.....	26

1. Introdução

O presente relatório foi elaborado pela Gerência de Administração e Finanças (Geafi) e tem como objetivo apresentar as informações referentes à programação e execução orçamentárias do Plano de Benefícios (PB) e do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da Funpresp-Jud.

Por meio de textos, indicadores, gráficos e tabelas, o relatório evidencia as despesas previdenciais e administrativas, além de acompanhar os indicadores de gestão estabelecidos para o período e registrar as contratações de prestadores de serviços necessárias ao apoio das atividades de gestão da Funpresp-Jud.

Desse modo, o relatório tem como finalidade oferecer uma visão clara e objetiva das receitas e das despesas da Entidade, com destaque para as informações relacionadas ao Plano de Benefícios e do custeio e gestão administrativas. Além disso, o relatório tem o intuito de auxiliar na formulação de ações estratégicas para a Funpresp-Jud, fornecendo informações relevantes para a tomada de decisão.

Por fim, é importante destacar que o relatório foi elaborado com o objetivo de garantir o controle, a transparência e a eficiência na gestão dos recursos, cumprindo as exigências legais e regulatórias aplicáveis.

2. Critérios para o Planejamento e Execução Orçamentárias

A Funpresp-Jud estabelece critérios quantitativos e qualitativos para o planejamento do custeio administrativo e das despesas previdenciais e administrativas, com o objetivo de avaliar a relação entre a necessidade e adequação dos gastos com os resultados obtidos, sempre observando as normas de governança da Entidade. Para a definição desses critérios, são considerados aspectos importantes como o planejamento estratégico, o Caderno Orçamentário anual, os recursos garantidores do Plano de Benefícios e o número de participantes e assistidos.

Os critérios quantitativos se referem à mensuração do custeio administrativo e das despesas previdenciais e administrativas da Funpresp-Jud, possibilitando a determinação do valor a ser disponibilizado no orçamento anual da Entidade. Para isso, alocam-se recursos de maneira seletiva nas ações e projetos principais, visando ao melhor retorno, ponderando custo e benefício, à luz do Planejamento Estratégico e do Caderno Orçamentário.

Já os critérios qualitativos são atributos que tornam as informações relacionadas às despesas administrativas úteis para aqueles a quem se destina. Dessa forma, torna-se mandatório observar características como a compreensibilidade, a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações apresentadas.

A alocação de recursos nos projetos estruturantes para a Entidade tem como foco alcançar seus objetivos estratégicos. A indicação de valores para determinado grupo de despesa deve, necessariamente, constar dos estudos relacionados à aprovação orçamentária.

3. Plano de Benefícios (PB)

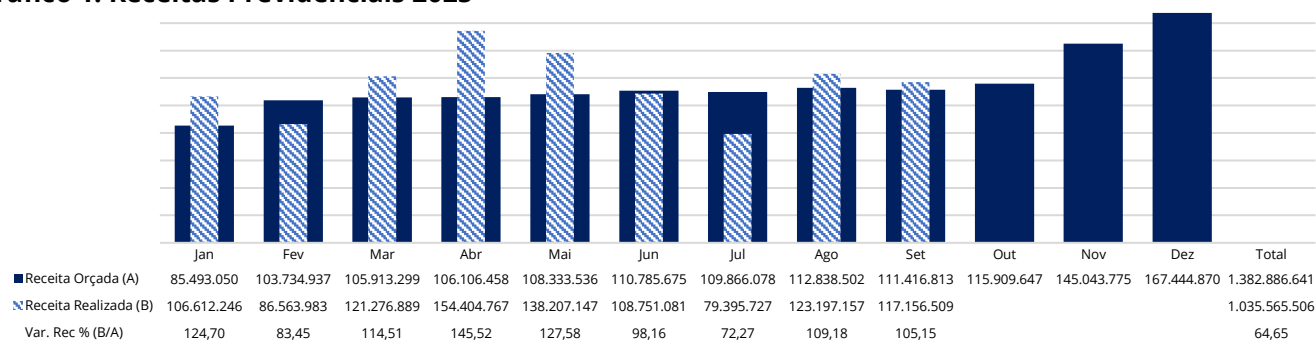
A Funpresp-Jud é responsável pela administração e gestão do Plano de Benefícios do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público -

JusMP-Prev, garantindo a segurança e a transparência na aplicação dos recursos acumulados pelos participantes. A Entidade também acompanha as regulamentações vigentes, realiza investimentos adequados, com vistas a garantir a rentabilidade e a sustentabilidade do plano, e disponibiliza informações e serviços para auxiliar os participantes na tomada de decisões relacionadas à sua previdência complementar.

3.1. Gestão Previdencial

Em setembro de 2025, as receitas do Plano de Benefícios, compostas pelas contribuições de participantes e patrocinadores somadas ao retorno líquido dos investimentos, ficaram 5,15% acima da estimativa orçamentária para o mês. Em sentido oposto, as despesas com investimentos diretos, pagamento de benefícios, institutos e reembolsos representaram 79,47% da projeção, indicando menor desembolso frente à arrecadação prevista.

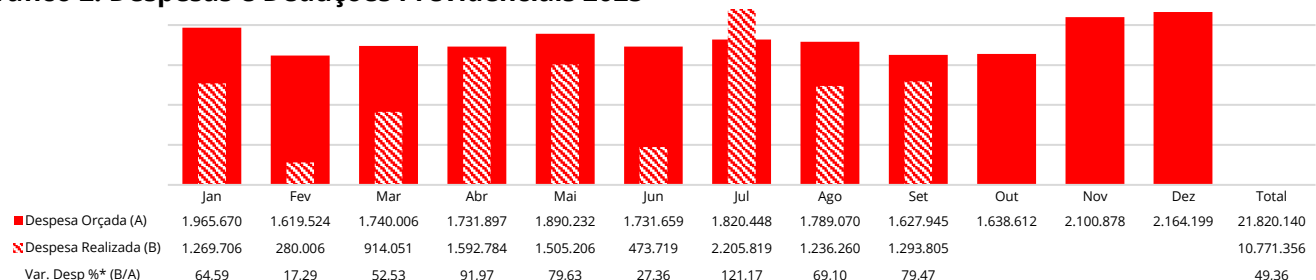
Gráfico 1: Receitas Previdenciais 2025



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Gráfico 2: Despesas e Deduções Previdenciais 2025



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

3.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Previdencial 2025

As receitas são formadas pela soma das contribuições de participantes e patrocinadores, atualmente representando cerca de 96,50% do total das contribuições realizadas, acrescidas dos resultados dos investimentos do Plano de Benefícios. A análise da execução orçamentária é essencial para o monitoramento da saúde financeira do Plano de Benefícios, assegurando a eficiência e conformidade na aplicação dos recursos conforme planejado.

Tabela 1: Execução Orçamentária Previdencial 2025

Rubricas	Orçado		Realizado			
	Ano – R\$ (N)	No Mês – R\$ (O)	No Mês – R\$ (P)	No Mês - % (P/O)	Ano – R\$ (Q)	Ano - % (Q/N)
Receitas (A)	1.384.052.617	111.416.813	117.156.509	105,15	1.035.565.506	74,82
Contribuições	975.691.337	75.760.255	72.277.189	95,40	630.822.832	64,65
Investimentos	408.361.280	35.656.558	44.879.320	125,87	404.742.674	99,11
Despesas (B)	492.606	42.950	11.843	27,57	208.312	42,29
Serviços de Custódia	71.117	6.201	828	13,36	37.322	52,48
Tarifas Bancárias	421.489	36.749	11.015	29,97	170.989	40,57
Resultado (C=A-B)	1.383.560.011	111.373.863	117.144.666	105,18	1.035.357.194	74,83
Reduções (E=F+K+L)	21.327.533	1.584.996	1.281.962	80,88	10.563.044	49,53
Institutos (F=G+H)	18.662.997	1.368.710	1.002.573	73,25	8.214.459	44,01
Resgates (G)	6.851.464	570.955	418.282	73,26	3.396.647	49,58
Portabilidade Líquida (H=I-J)	11.811.533	797.754	584.291	73,24	4.817.812	40,79
Portabilidade de Saída (I)	15.997.773	1.333.148	1.643.979	123,32	10.662.762	66,65
Portabilidade de Entrada (J)	4.186.241	535.393	1.059.688	197,93	5.844.950	139,62
Devoluções (K)	1.029.614	85.801	21.434	24,98	1.104.023	107,23
Benefícios (L)	1.634.922	130.485	257.955	197,69	1.244.562	76,12
Saldo Previdencial (M=C-E)	1.362.232.478	109.788.868	115.862.704	105,53	1.024.794.149	75,23

Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

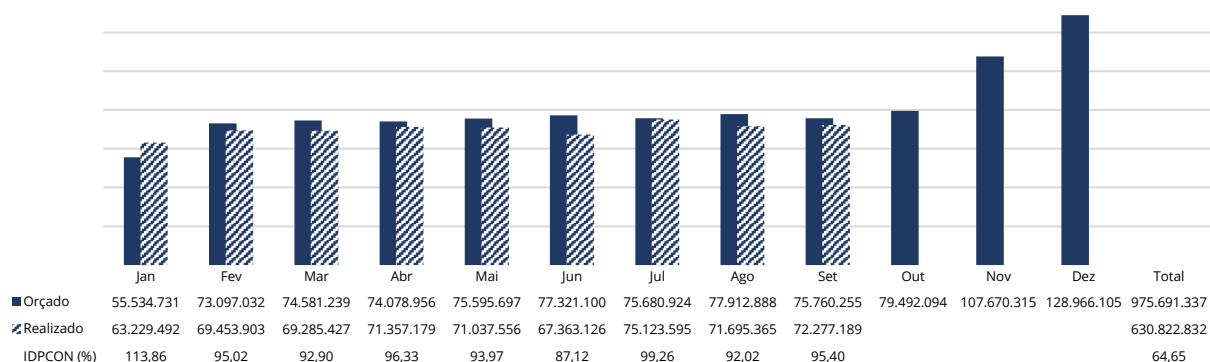
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

O Saldo Previdencial realizado totalizou até o mês de setembro em R\$ 1.024.794.149, o que representa 75,23% do valor estimado para o exercício, conforme previsto no Caderno Orçamentário.

3.2.1. Contribuições

Em setembro, os aportes ao Plano de Benefícios realizados por participantes e patrocinadores ficaram 4,60% abaixo do valor estimado no orçamento para o período. No acumulado do ano, a arrecadação alcançou 64,65% do valor total previsto no Caderno Orçamentário.

Gráfico 3: ID_{CON} - Contribuições

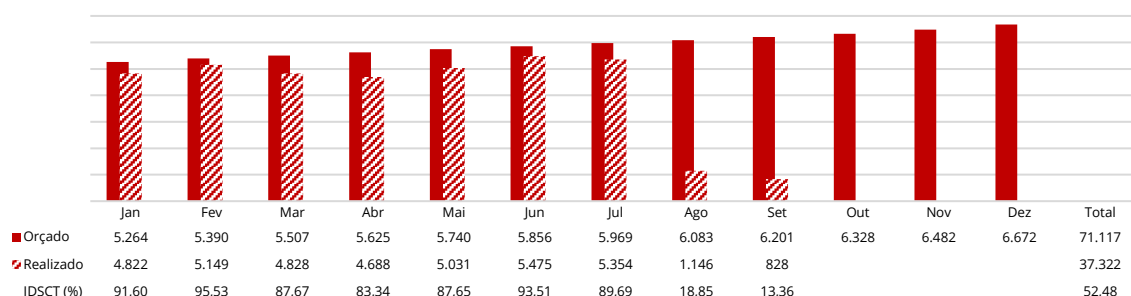


Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

3.2.2. Serviços de Custódia

Em setembro, os desembolsos com serviços de custódia representaram 13,36% do valor previsto no orçamento. No acumulado do ano, a rubrica alcançou 52,48% do valor total previsto no Caderno Orçamentário.

Gráfico 4: ID_{SCT} - Serviços de Custódia



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).



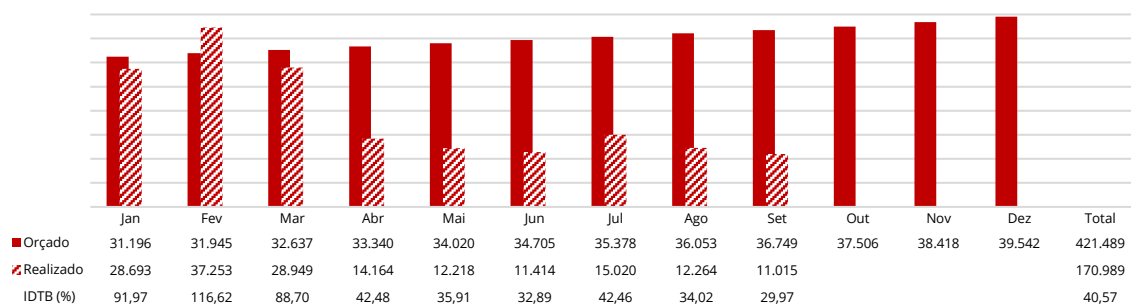
Explicações das áreas gestoras: A variação ocorreu em razão da reestruturação das carteiras de investimentos da Fundação para o formato de Fundos Consolidadores. Com essa mudança, parte dos custos de custódia deixou de ser registrada diretamente na Carteira Própria, passando a ser incorporada, de forma indireta, aos custos dos próprios fundos.

3.2.3. Tarifas de Investimentos

A rubrica orçamentária Tarifas de Investimentos registra as despesas com o pagamento das taxas atinentes ao Plano de Benefícios, mais especificamente, Cetip, Selic e CBLC.

Em setembro, as despesas com tarifas de investimentos corresponderam a 29,97% do valor estimado no orçamento para o mês, evidenciando variações nos custos operacionais relacionados à gestão dos recursos financeiros.

Gráfico 5: ID_{TI} - Tarifas de investimentos



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

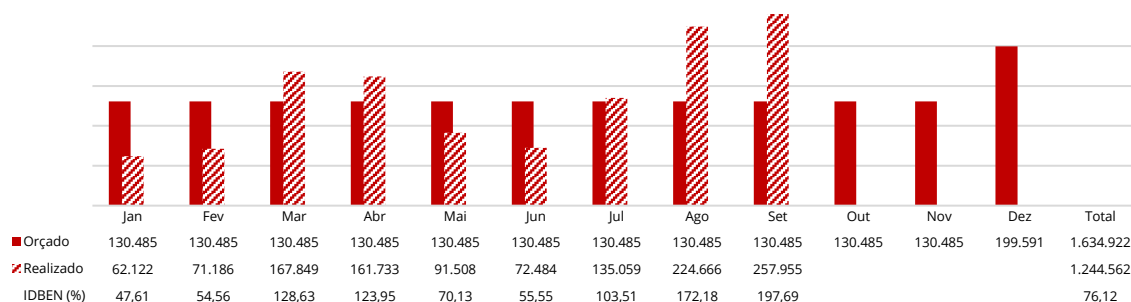


Explicações das áreas gestoras: Esse desvio também decorre da adoção dos Fundos Consolidadores, que concentram parte dos custos operacionais dentro dos próprios fundos. Assim, as tarifas deixaram de ser cobradas diretamente na Carteira Própria da Fundação, sendo incorporadas ao valor das cotas dos fundos.

3.2.4. Benefícios

Em setembro, o valor executado nessa despesa excedeu a previsão orçamentária para o período em 97,69%.

Gráfico 6: IDBEN – Benefícios



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

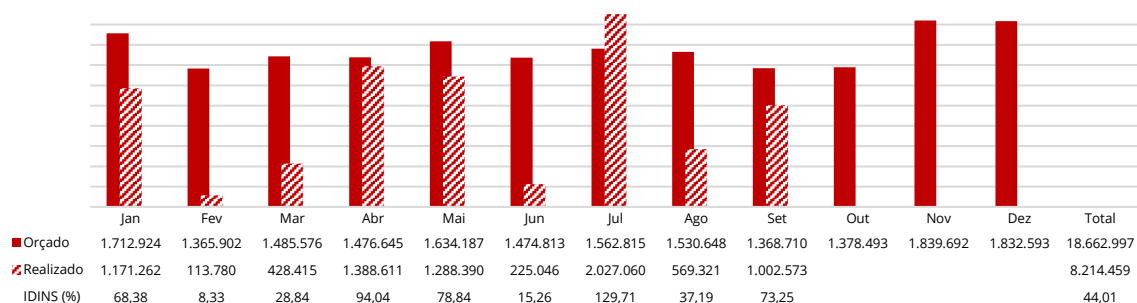


Explicações das áreas gestoras: A previsão de pagamento dos benefícios acompanha a tendência histórica observada nos anos anteriores. Entretanto, em setembro de 2025, o valor total desembolsado ficou 97,69% acima da média mensal histórica, sinalizando uma elevação em relação aos padrões previamente registrados.

3.2.5. Institutos

Em setembro, o valor executado nessa despesa representou 73,25% da previsão orçamentária para o período.

Gráfico 7: ID_{INS} - Institutos Líquidos (Resgate + Portab. de Saída - Portab. de Entrada)

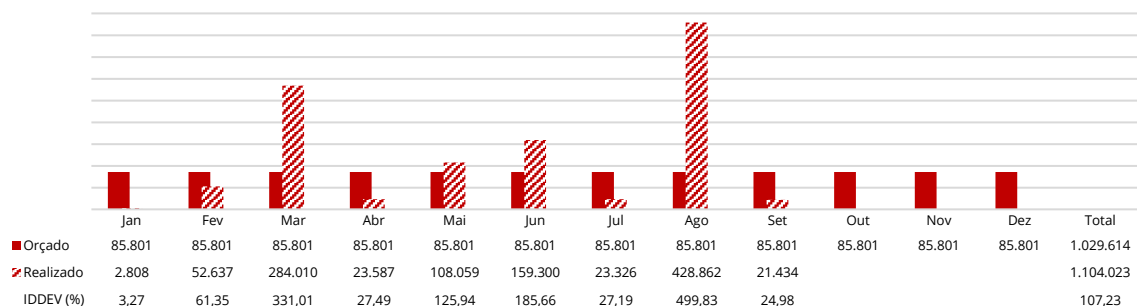


Explicações das áreas gestoras: A previsão de pagamento dos institutos acompanha a tendência histórica observada nos anos anteriores. Entretanto, em junho de 2025, o valor total desembolsado ficou 26,75% abaixo da média mensal histórica, sinalizando uma diminuição em relação aos padrões previamente registrados.

3.2.6. Devoluções

Em setembro, os desembolsos com devoluções representaram 24,98% do orçamento previsto para o período.

Gráfico 8: ID_{DEV} - Devoluções (Contribuições Indevidas + Adesão Automática + Reenquadramento)



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).



Explicações das áreas gestoras: A previsão de pagamento das devoluções acompanha a tendência histórica observada nos anos anteriores. Entretanto, em setembro de 2025, o valor total desembolsado correspondeu a 24,98% da média mensal histórica, sinalizando uma redução em relação aos padrões previamente registrados.

4. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é um componente da estrutura de gestão da Funpresp-Jud. O PGA tem como objetivo direcionar e orientar as ações administrativas da Entidade, visando a eficiência, a eficácia e a qualidade na gestão dos recursos e processos internos.

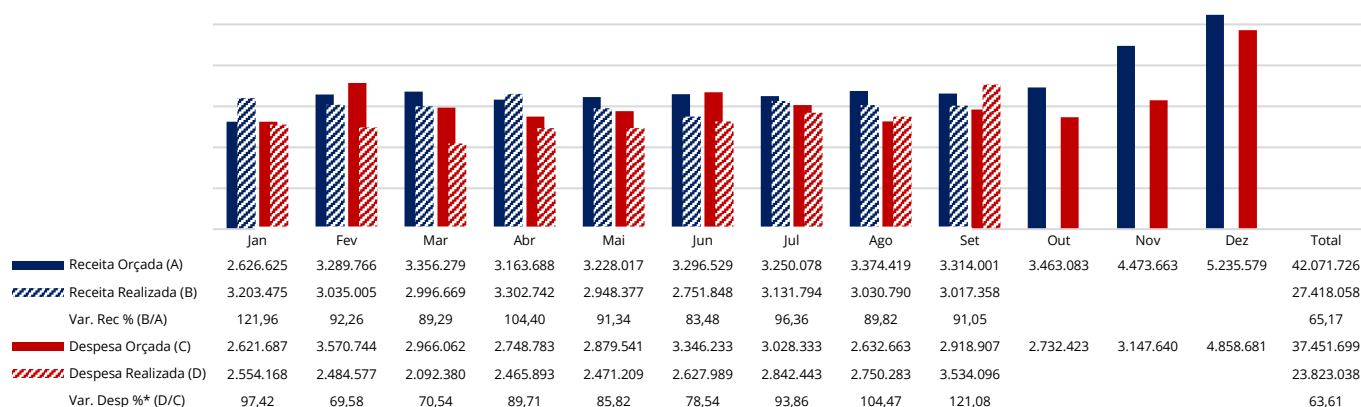
O PGA engloba um conjunto de diretrizes, metas, projetos e ações que visam otimizar a estrutura administrativa da Funpresp-Jud. Ele abrange áreas como controle interno, gestão de pessoas, tecnologia da informação, comunicação, finanças, entre outras. No âmbito do PGA, são estabelecidos os planos de ação estratégicos, que detalham as atividades e prazos para a consecução dos objetivos e metas estabelecidos. Esses planos de ação são atualizados periodicamente, permitindo a adaptação às demandas e contextos específicos.

Através do PGA, a Funpresp-Jud busca aprimorar seus processos internos, promover a inovação, assegurar a conformidade com as normas e regulamentações vigentes, bem como a prestação de serviços de qualidade aos seus participantes. Em suma, o PGA é uma ferramenta importante para aprimorar a eficiência e a eficácia das atividades administrativas da Funpresp-Jud, na busca pela excelência na gestão de recursos e processos, com foco no atendimento aos participantes e na consecução dos objetivos da Entidade.

4.1. Gestão Administrativa

Em setembro, as despesas efetivamente realizadas ficaram 21,08% acima da projeção orçamentária para o período, enquanto as receitas apresentaram uma execução 8,95% inferior à estimativa inicialmente prevista no orçamento.

Gráfico 9: Receitas e Despesas Administrativas 2025



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

* Índice de Eficiência Orçamentária Mês.

4.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Administrativa 2025

O acompanhamento da execução orçamentária administrativa trata do confronto da previsão de despesas inscritas no orçamento diante das despesas efetivas incorridas no período. Desta forma, a Entidade deve utilizar os recursos autorizados por meio dos créditos orçamentários para a realização das despesas e acompanhar sua execução, de forma a garantir o cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da operação administrativa e dos investimentos previstos em novos projetos.

Na tabela a seguir são demonstrados os créditos orçamentários reservados para o mês de maio e as respectivas despesas realizadas. Na sequência, as rubricas que apresentam desvio na relação orçado/realizado serão explicadas com nível de detalhamento.

Tabela 2: Execução Orçamentária Administrativa 2025

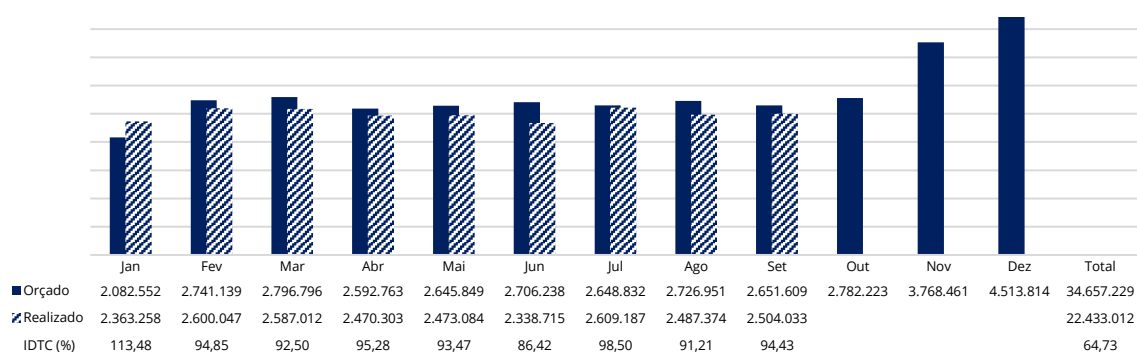
	Orçado		Realizado			
	Ano (D)	No Mês (E)	No Mês - R\$ (F)	No Mês - % (F/E)	Ano - R\$ (G)	Ano - % (G/D)
Receitas (A)	42.071.726	3.314.001	3.017.358	91,05	30.022.243	71,36
Taxa de Carregamento	34.657.229	2.651.609	2.504.033	94,43	22.433.012	64,73
Investimentos	5.004.938	422.506	362.834	85,88	5.398.155	107,86
Receitas Diretas	2.409.559	239.885	150.490	62,73	2.191.076	90,93
Despesas (B)	37.451.699	2.918.907	3.423.164	117,28	23.598.370	63,01
Pessoal e Encargos	23.947.522	1.906.982	1.813.703	95,11	16.628.785	69,44
<i>Folha de Pagamentos</i>	20.049.095	1.601.467	1.502.862	93,84	14.075.910	70,21
<i>Estagiários</i>	359.353	29.946	25.821	86,23	199.399	55,49
<i>Benefícios</i>	3.539.074	275.569	285.020	103,43	2.353.476	66,50
Treinamentos/Congressos/Seminários	459.629	36.630	51.839	141,52	275.584	59,96
Viagens e Estadias	284.693	23.329	15.892	68,12	236.906	83,21
Serviços de Terceiros	6.234.956	516.739	539.354	104,38	3.192.015	51,20
Despesas Gerais	2.766.186	97.800	104.543	106,90	954.435	34,50
<i>PGTI</i>	1.805.660	0	20.856	-	243.004	13,46
<i>PGCM</i>	154.901	32.700	20.532	62,79	108.497	70,04
<i>PGAD</i>	805.625	65.100	63.156	97,01	602.934	74,84
Tributos	1.941.460	337.427	219.823	65,15	1.632.634	84,09
Provisões Contingenciais	508.076	0	678.011	-	678.011	133,45
Correção Empréstimo (Inflação)	1.309.177	0	0	0,00	0	0,00
Resultado (C=A-B)	4.620.027	395.094	(405.807)	(102,71)	6.423.873	139,04

Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.1. Taxa de Carregamento

Em setembro, as receitas oriundas da Taxa de Carregamento ficaram 5,57% abaixo das estimativas previstas no orçamento para o período, refletindo a variação negativa na arrecadação em relação ao planejado.

Gráfico 10: ID_{TC} - Taxa de Carregamento



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

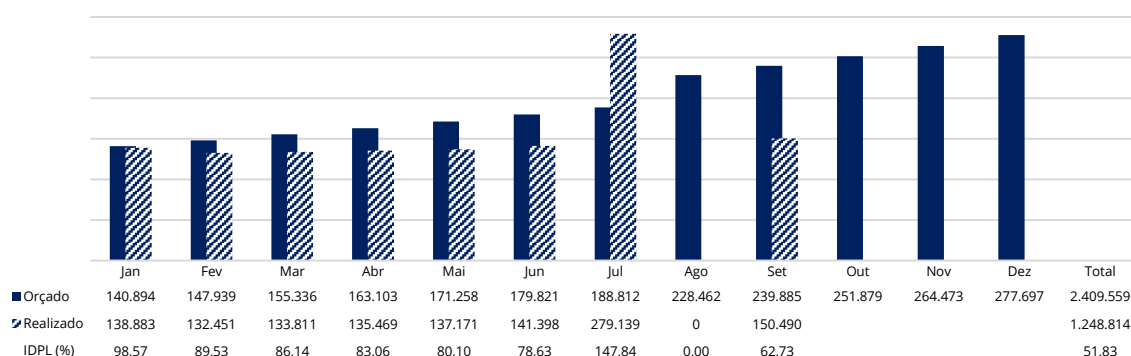
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.2. Receitas Diretas

As receitas diretas correspondem àquelas arrecadadas diretamente pela Entidade, não vinculadas às fontes tradicionais de custeio, como a taxa de carregamento sobre contribuições previdenciárias ou os resultados de aplicações financeiras.

Em setembro, as receitas diretas auferidas pela Entidade ficaram 37,27% abaixo das estimativas previstas no orçamento para o período, refletindo a variação negativa em relação ao planejado.

Gráfico 11: ID_{RD} - Receitas Diretas



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

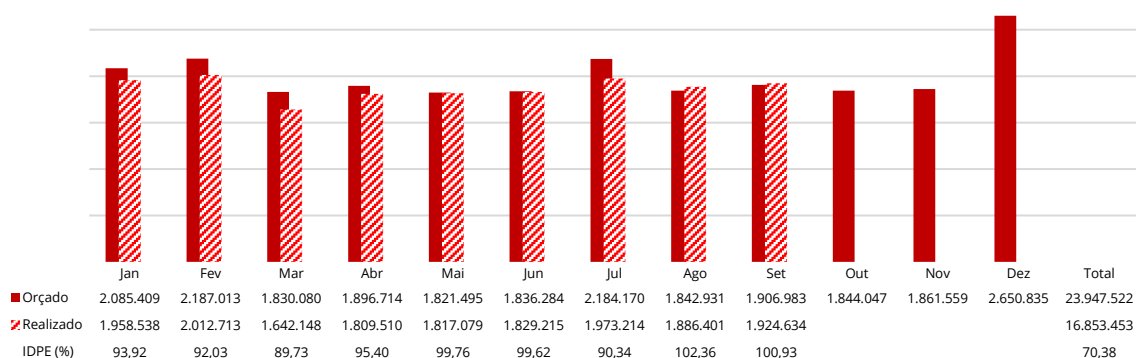


Explicações das áreas gestoras: A variação negativa observada nas receitas do pró-labore da CAR em setembro decorre de ajustes estratégicos e operacionais relacionados ao novo contrato com a seguradora. Embora tenha havido aumento nas contratações em comparação a 2024, a meta de 2025 foi construída com base em projeções acumuladas desde o início da parceria, o que gerou descompasso entre o previsto e o realizado no período. Além disso, processos estruturantes em curso, como o desenvolvimento da nova CAR 3.0 e outras iniciativas técnicas, impactaram temporariamente os resultados. Em contrapartida, a Fundação intensificou ações comerciais que tendem a gerar efeitos mais expressivos no segundo semestre.

4.2.3. Pessoal e Encargos

Em setembro, as despesas com pessoal e encargos apresentaram uma execução 2,36% superior à estimativa orçamentária prevista para o período.

Gráfico 12: ID_{PE} - Pessoal e Encargos

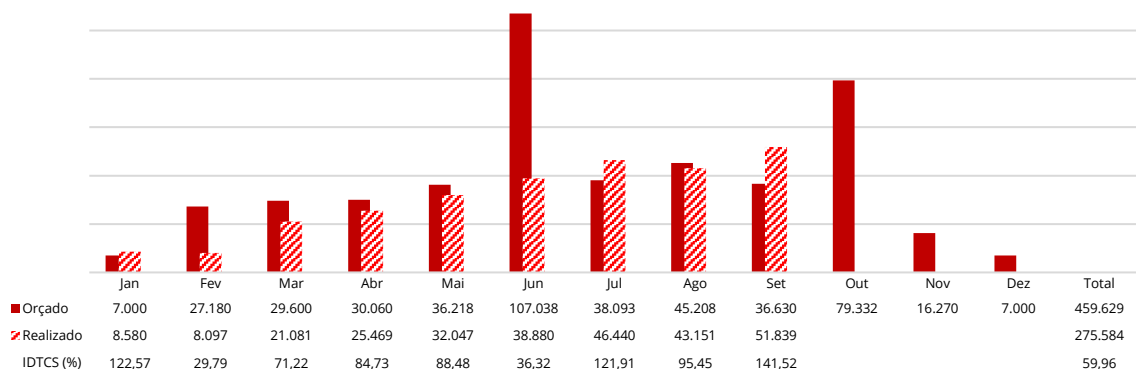


Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.4. Treinamentos/Congressos/Seminários

Em setembro, a rubrica executou 41,52% acima do valor inicialmente estimado no orçamento para o período.

Gráfico 13: IDTCS - Treinamentos/Congressos/Seminários



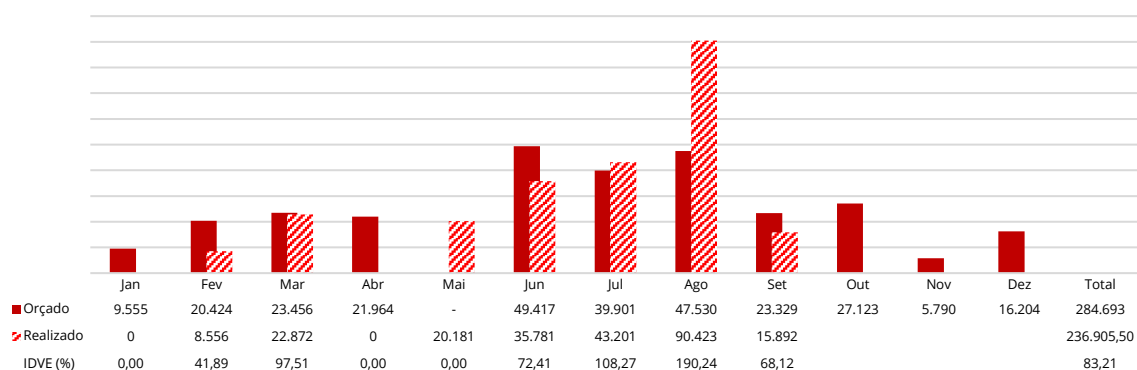
Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

 **Explicações das áreas gestoras:** A variação observada decorre do pagamento de despesas com capacitações vinculadas ao Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), no valor de R\$ 30.620,00, cujo desembolso ocorreu de forma diferente do cronograma inicialmente previsto, que indicava a quitação no mês de julho.

4.2.5. Viagens e Estadias

Em setembro, a rubrica executou 68,12% do valor inicialmente estimado no orçamento.

Gráfico 14: IDVE - Viagens e Estadias



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

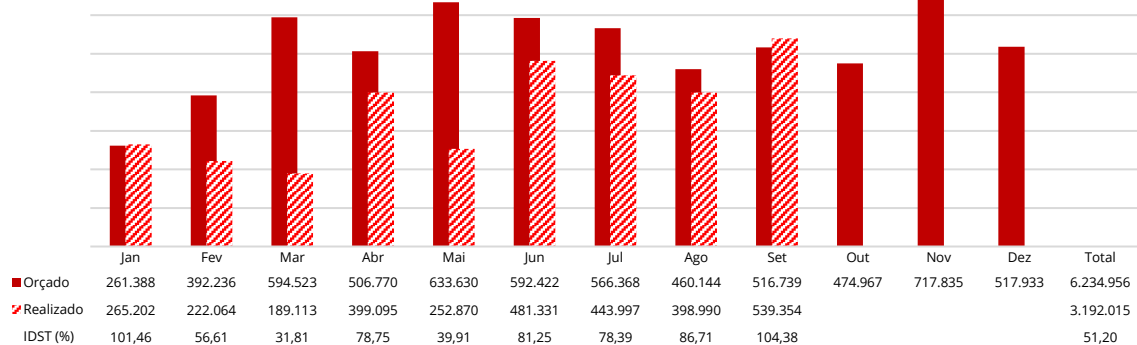


Explicações das áreas gestoras: A variação ocorreu devido ao pagamento antecipado de despesas com passagens, inicialmente previstas para o mês de setembro, mas efetivadas no mês de agosto.

4.2.6. Serviços de Terceiros

Em setembro, os desembolsos com serviços prestados por terceiros contratados excederam a estimativa orçamentária prevista para o mês em 4,38%.

Gráfico 15: ID_{ST} - Serviços de Terceiros



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

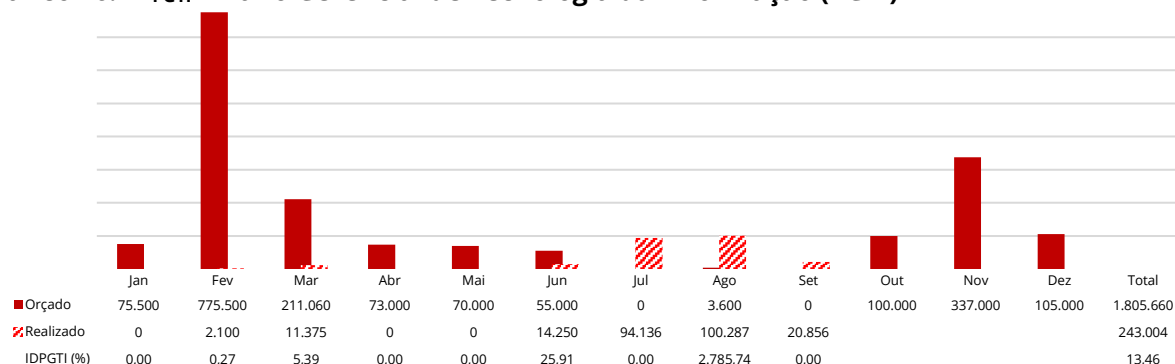


Explicação da área gestora: A diferença observada na execução da rubrica de serviços de terceiros deve-se, principalmente, à quitação da última parcela devida pelos serviços prestados pela empresa de auditoria contábil (R\$ 33.000,00), inicialmente previstos para abril.

4.2.7. Plano Gerencial de Tecnologia e Informação (PGTI)

Em setembro, muito embora não houvesse previsão de desembolsos com a rubrica, foram dispendidos R\$ 20.856,00 com a execução do PGTI.

Gráfico 16: ID_{PGTI} - Plano Gerencial de Tecnologia da Informação (PGTI)



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

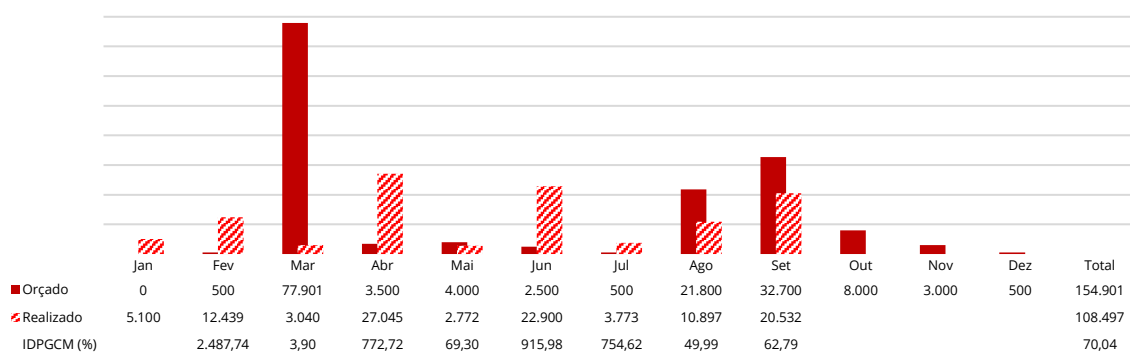


Explicação da área gestora: Em setembro, embora não houvesse previsão orçamentária específica para o período, foram realizadas aquisições pontuais de itens de tecnologia que justificam a execução da rubrica. Entre os materiais adquiridos, destacam-se: memória DDR5 SODIMM (R\$ 4.215,26), cabo DAC SFP 28 (R\$ 2.314,76), pendrives (R\$ 210,64), licença WAZ (R\$ 2.683,15) e memória DDR5 adicional (R\$ 10.319,76). Essas compras, embora não previstas inicialmente para o mês, atendem a demandas operacionais e de atualização do parque tecnológico da Fundação.

4.2.8. Plano Gerencial de Comunicação e Marketing (PGCM)

Em setembro, as despesas com o PGCM apresentaram uma execução 37,21% inferior à estimativa orçamentária prevista para o período.

Gráfico 17: ID_{PGCM} - Plano Gerencial de Comunicação e Marketing



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).



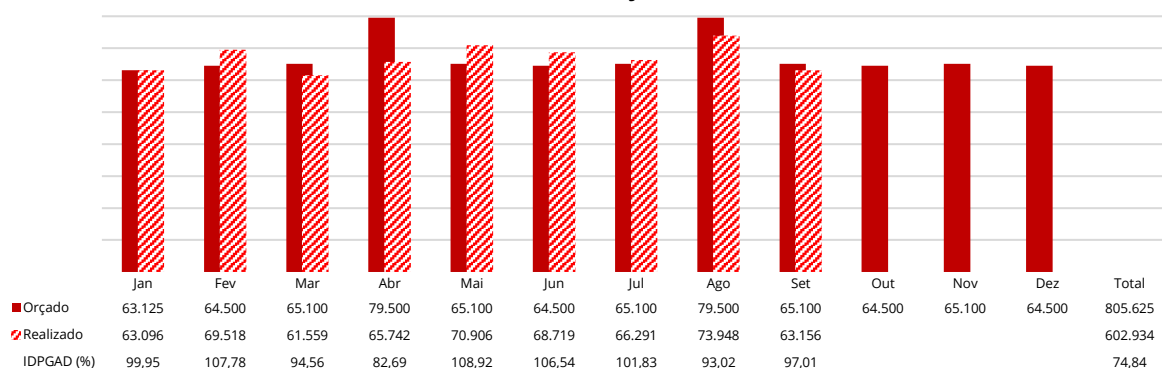
Explicações da área gestora: Os eventos institucionais previstos para o mês foram devidamente realizados. No entanto, parte das despesas inicialmente orçadas, especialmente aquelas relacionadas à locação de espaço e à alimentação, foi custeada com recursos da verba de marketing vinculada ao contrato da Cobertura Adicional de Risco (CAR), o

que explica a diferença entre o valor executado e o valor originalmente estimado no orçamento da rubrica.

4.2.9. Plano Gerencial de Administração (PGAD)

Em setembro, os desembolsos relacionados ao PGAD ficaram 2,99% abaixo da estimativa orçamentária estabelecida para o mês.

Gráfico 18: ID_{PGAD} - Plano Gerencial de Administração



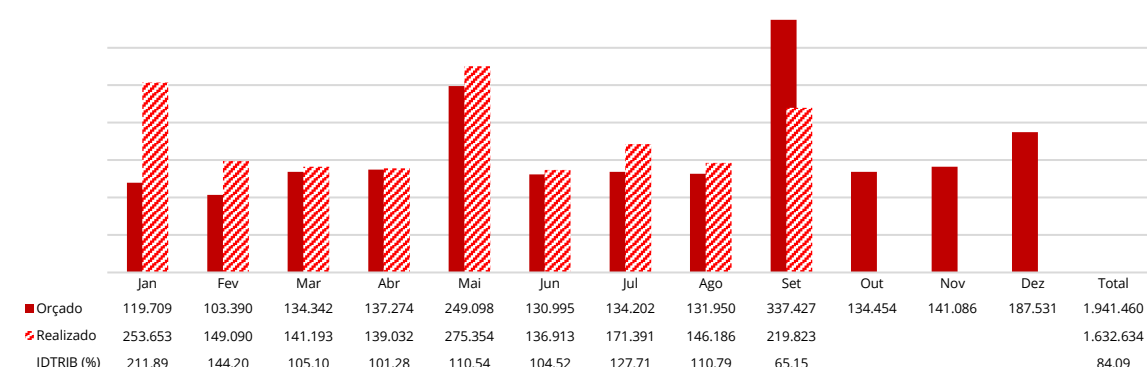
Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.10. Tributos

Em setembro, os desembolsos relacionados ao pagamento de tributos ficaram 34,85% abaixo do valor previsto no orçamento para o período.

Gráfico 19: ID_{TRIB} - Tributos



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).



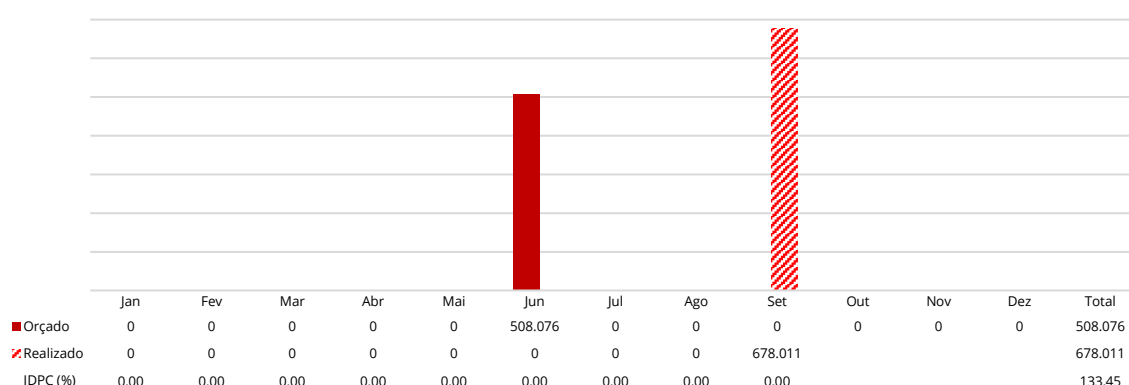
Explicação da área gestora: Em setembro, os pagamentos de tributos ficaram abaixo do previsto, principalmente devido à ausência de receita da seguradora responsável pela Cobertura Adicional de Risco (CAR), cuja arrecadação foi antecipada para julho. Como

consequência, não houve receita correspondente em agosto nem a geração das obrigações tributárias em setembro. Além disso, esperava-se um aumento nas despesas com a Tatic para o mês, o que não se concretizou, contribuindo para a subexecução orçamentária da rubrica.

4.2.11. Provisões Contingenciais

No mês de setembro, os desembolsos relacionados ao contencioso jurídico totalizaram R\$ 678 mil.

Gráfico 20: ID_{PC} - Provisões Contingenciais



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

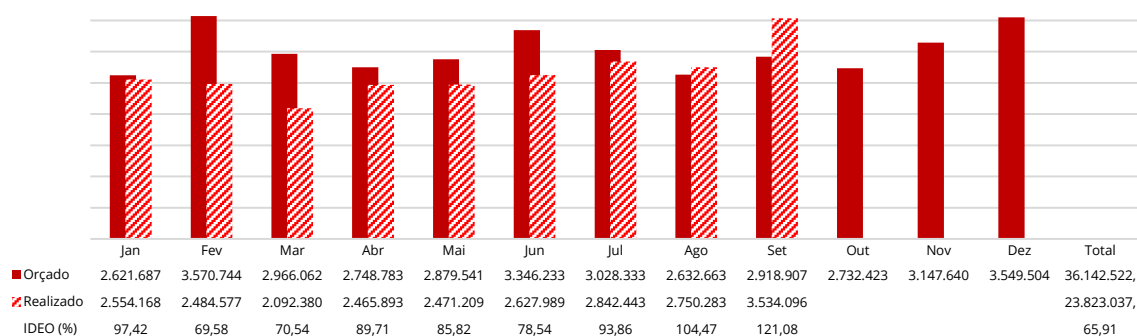


Explicação da área gestora: Em setembro, a execução da rubrica foi impactada pelo pagamento de uma ação trabalhista na qual a Funpresp-Jud figurava como parte ré. O valor a ser quitado, determinado judicialmente, ultrapassou o montante originalmente estimado e provisionado no orçamento. Além disso, o pagamento foi efetivado em mês distinto daquele inicialmente previsto, que era junho, contribuindo para a variação observada na execução orçamentária do período.

4.2.12. Execução Orçamentária das Despesas Administrativas

Em setembro, as despesas administrativas da Entidade ultrapassaram o orçamento para o período em 21,08%.

Gráfico 21: ID_{EO} - Execução Orçamentária



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Em setembro de 2025, as despesas administrativas da Funpresp-Jud ultrapassaram em 21,08% a estimativa orçamentária mensal, resultado de eventos não programados e ajustes pontuais que impactaram a execução financeira do período.

Nos termos do art. 5º da Resolução CNPC nº 43/2021, informamos que, no referido mês, foram utilizados recursos do Fundo Administrativo para o custeio das despesas administrativas, conforme autorizado no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

O resultado operacional de setembro foi negativo em R\$ 269.248,21, valor devidamente contabilizado na conta do Fundo Administrativo no PGA e refletido no Plano de Benefícios, na respectiva conta do Patrimônio Social.

4.3. Evolução do Ativo do PGA em 2025

A análise do patrimônio do Plano de Gestão Administrativa (PGA) em 2025, incorporando a evolução das despesas relacionadas ao empréstimo e a composição do patrimônio, revela a preocupação da Entidade com a manutenção de uma gestão financeira estratégica e eficaz ao longo deste ano.

O monitoramento do Ativo do PGA permite a implementação de políticas direcionadas tanto para as despesas quanto para as receitas previstas. Estima-se que, até 31/12/2025, o Ativo do PGA apresentará um crescimento de 14,91% em relação ao seu saldo inicial (1º/1).

Tabela 3: Ativo do PGA - 2025

	dez/24	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
Patrimônio PGA	54.643.899	52.415.772	53.169.564	54.044.494	55.013.545	56.041.186	56.601.162	57.855.060	58.592.142	58.985.109	58.664.601	59.374.204	59.927.523
Investimentos	43.050.893	43.543.430	44.236.264	43.551.365	45.686.443	46.346.638	47.430.723	47.275.837	46.382.222	47.318.894	47.882.422	48.328.648	48.572.744
Receitas	3.722.576	3.351.168	6.387.580	3.129.738	3.443.250	3.087.847	4.776.503	3.429.539	3.008.043	3.174.854	3.463.083	4.473.663	5.235.579
Taxa de Carregamento	3.739.823	2.510.950	5.251.288	2.720.081	2.610.811	2.612.553	3.420.902	2.906.932	2.464.627	2.661.530	2.782.223	3.768.461	4.513.814
Resultado dos investimentos	(17.247)	701.334	1.003.841	275.846	696.970	338.123	271.735	243.468	543.416	362.834	428.980	440.729	444.068
Diretas	123.125	138.883	132.451	133.811	135.469	137.171	1.083.866	279.139	0	150.490	251.879	264.473	277.697
Despesas	2.722.868	2.544.586	4.694.828	1.953.078	2.165.830	2.141.428	2.326.330	2.361.492	2.644.223	3.034.457	2.597.969	3.006.554	3.361.973
Pessoal e Encargos	1.858.995	2.088.277	3.977.198	1.603.115	1.630.305	1.638.030	1.644.959	1.749.020	2.009.923	1.924.634	1.844.047	1.861.559	2.650.835
Treinamentos/Congressos/ Seminários	25.318	8.580	12.401	6.681	16.469	18.235	6.199	9.951	30.217	16.216	79.332	16.270	7.000
Viagens e Estádias	8.959	0	10.332	22.872	0	25.494	46.010	59.402	101.949	19.549	27.123	5.790	16.204
Serviços de Terceiros	512.187	180.399	343.049	195.893	228.256	206.380	454.478	372.796	370.638	479.244	474.967	717.835	517.933
Despesas Gerais	317.409	187.330	351.847	124.517	290.799	131.487	174.684	170.322	131.497	514.815	172.500	405.100	170.000
Tributos		80.000	0	0	0	121.802	0	0	0	80.000	0	0	0
Resultado	999.709	806.582	1.692.752	1.176.660	1.277.421	946.419	2.450.173	1.068.047	363.820	140.397	865.114	1.467.109	1.873.606
Depósitos Judiciais	180.114	173.902	149.371	141.492	139.311	153.814	137.206	171.710	146.496	139.874	134.454	141.086	187.531
Despesas Processuais										305.088			
Depreciações e Amortizações	15.540	19.435	19.435	19.684	18.956	19.010	17.679	17.679	20.886	21.315	21.315	21.315	21.315
Empréstimo - Principal	1.174.669												1.174.669
Empréstimo - Correção	1.319.342												1.362.711
Resultado Final	52.415.772	53.169.564	54.044.494	55.013.545	56.041.186	56.601.162	57.855.060	58.592.142	58.985.109	58.664.601	59.374.204	59.927.523	60.230.202

Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

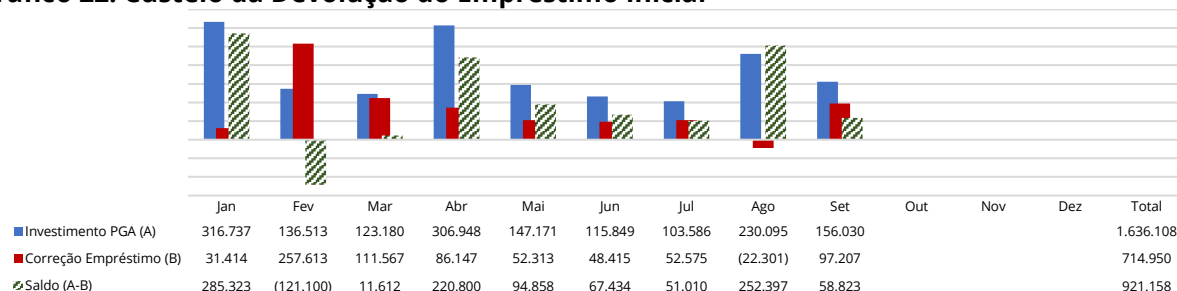
⁽¹⁾ Devolução da quarta parcela do empréstimo inicial aos Patrocinadores.

4.4. Custeio da Devolução do Empréstimo Inicial

Para o ano de 2025, foi alocado um orçamento de R\$ 2.494.011 para a devolução do empréstimo inicial, contemplando R\$ 1.174.669 para o principal e R\$ 1.319.342 para os encargos financeiros.

Em setembro, o resultado positivo acumulado dos investimentos incidentes sobre o saldo do empréstimo inicial, que compõe o patrimônio total do PGA, superou o valor acumulado apurado pela correção do saldo do empréstimo inicial em R\$ 921.158 mil.

Gráfico 22: Custeio da Devolução do Empréstimo Inicial



Fonte: Gerência de Contabilidade (Gcont).

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

5. Indicadores de Gestão

A apuração e o acompanhamento dos Indicadores de Gestão têm como finalidade permitir a análise da composição das receitas e despesas administrativas da Funpresp-Jud, bem como monitorar a evolução do Fundo Administrativo. Esses indicadores são utilizados para apoiar o controle da execução orçamentária, avaliar a sustentabilidade do Plano de Gestão Administrativa e atender às exigências regulatórias aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

Com a entrada em vigor da Resolução CNPC nº 62, de 9/12/2024, a Funpresp-Jud revisou e atualizou sua estrutura de indicadores, com o objetivo de alinhar as metodologias adotadas internamente às diretrizes estabelecidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Esse alinhamento também considera os critérios utilizados no Relatório de Despesas Administrativas das EFPC, publicado anualmente pelo órgão regulador.

No exercício de 2025, a Fundação passou a acompanhar um total de doze indicadores de gestão. Desses, sete já eram monitorados regularmente pela entidade em exercícios anteriores. Quatro indicadores foram incorporados por orientação da Previc, com fundamento na Resolução CNPC nº 62/2024. São eles:

- I. IG_{RCP}: Receita Administrativa sobre Contribuições Previdenciárias;
- II. IG_{DORC}: Despesa Administrativa Realizada sobre Despesa Administrativa Orçada;
- III. IG_{PER}: Despesas com Pessoal sobre Receita Administrativa; e
- IV. IG_{FA}: Evolução do Fundo Administrativo.

Esses quatro indicadores foram incluídos com o objetivo de ampliar a capacidade das EFPC para avaliar a eficiência da gestão administrativa, considerando aspectos como a arrecadação

relativa à taxa de carregamento, a aderência entre planejamento e execução orçamentária, a participação das despesas com pessoal e a variação do saldo do fundo que custeia o plano de gestão.

Além dos indicadores previstos na regulamentação, a Funpresp-Jud incorporou o IG_{CON}: Contratações Realizadas sobre Contratações Planejadas, desenvolvido internamente. Esse indicador foi criado como instrumento de apoio à gestão, com a finalidade de permitir o acompanhamento da execução do planejamento anual de contratações, comparando o número de contratações efetivamente realizadas com aquelas previstas no Caderno Orçamentário. Trata-se de um indicador de natureza qualitativa, que não compõe o rol de exigências normativas, mas que contribui para o aperfeiçoamento do controle interno e da governança institucional. As definições, metodologias de cálculo e finalidades de cada indicador constam no Quadro 1 deste relatório:

Quadro 1: Indicadores de Gestão - Composição

Indicador	Definição	Finalidade	Metodologia
IGRPC Receita Administrativa <i>Per Capita</i> Ref.: Reais (CNPC 62/2024, art. 14, II, 1.a)	Relação entre a receita total da gestão administrativa acumulada em 12 meses e o número total de participantes	Demonstrar o valor médio da receita administrativa por participante, permitindo avaliar a adequação da arrecadação ao custeio do PGA	(Conta 4.01) / (Total de participantes ativos, assistidos e pensionistas)
IGRCP (novo) Receita Administrativa sobre Contribuições Previdenciárias Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, II, 1.b)	Relação entre a receita administrativa mensal e o total das contribuições previdenciárias no mesmo período	Avaliar a proporção da taxa de carregamento em relação às receitas previdenciárias, conforme os limites do art. 20, II da Resolução CNPC nº 62/2024	(Conta 4.01) / (Conta 3.01)
IGDPC Despesa Administrativa <i>Per Capita</i> Ref.: Reais (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.a)	Relação entre o total das despesas administrativas acumuladas em 12 meses e o número total de participantes	Apresentar os gastos administrativos por participante, possibilitando comparações entre EFPCs conforme suas características estruturais e operacionais	(Conta 4.02) / (Total de participantes ativos, assistidos e pensionistas)
IGDRG Despesa Administrativa sobre Recursos Garantidores Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.b)	Relação entre as despesas administrativas em 12 meses e o saldo dos recursos garantidores	Demonstrar quanto das despesas administrativas representam em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios	(Conta 4.02) / (Conta 1.01 + Conta 1.02.03 – Conta 2.01.03)
IGDAT Despesa Administrativa sobre Ativo Total Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.c)	Relação entre as despesas administrativas e o ativo total da entidade no período de 12 meses	Avaliar os custos administrativos em relação ao volume total de ativos sob gestão	(Conta 4.02) / (Conta 1 - Saldo)
IGFAD Fundo Administrativo sobre Despesa Administrativa Ref.: Tempo em Meses (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.d)	Relação entre o saldo do Fundo Administrativo e o total das despesas administrativas mensais	Indicar o tempo, em meses, que o saldo do fundo seria capaz de cobrir as despesas administrativas, caso utilizado como fonte exclusiva de custeio	(Conta 2.03.02.02) / (Conta 4.02)
IGDR Despesa Administrativa sobre Receita Administrativa Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.e)	Relação entre o total das despesas administrativas e o total das receitas administrativas acumuladas em 12 meses	Avaliar o equilíbrio entre as receitas e despesas administrativas. Um valor superior a 1 indica necessidade de complementação por outras fontes de custeio	(Conta 4.02) / (Conta 4.01)
IGDORC (novo) Despesa Administrativa Realizada sobre Despesa Administrativa Orçada Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.f)	Relação entre as despesas administrativas efetivamente executadas e o orçamento aprovado para o exercício, considerando a base acumulada	Avaliar o grau de aderência entre a execução orçamentária e o planejamento anual	(Conta 4.02) / (Despesa administrativa orçada)

IGPER (novo) Despesas com Pessoal sobre Receita Administrativa Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, IV, 1.a)	Relação entre os custos com folha de pagamento e encargos e o total das receitas administrativas em 12 meses	Mensurar a participação dos custos com pessoal sobre a receita administrativa da EFPC	(Conta 4.02.01.01) / (Conta 4.01)
IGPED Despesas com Pessoal sobre Despesa Administrativa Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, IV, 1.b)	Relação entre os custos com folha de pagamento e encargos e o total das despesas administrativas em 12 meses	Mensurar a proporção das despesas com pessoal em relação ao total das despesas administrativas	(Conta 4.02.01.01) / (Conta 4.02)
IGFA (novo) Evolução do Fundo Administrativo Ref.: Índice de Variação (CNPC 62/2024, art. 14, V)	Relação entre o saldo final e o saldo inicial do Fundo Administrativo, considerando a variação acumulada no período	Acompanhar a evolução do fundo administrativo ao longo do tempo. Valores acima de 1 indicam crescimento; abaixo de 1, redução.	(Conta 2.03.02.02 – Saldo Atual) / (Conta 2.03.02.02 – Saldo Anterior)
IGCON (novo) Contratações Realizadas sobre Contratações Planejadas Ref.: Percentual (Caderno Orçamentário 2025, Seção 7)	Relação percentual entre o número das contratações efetivamente realizadas e aquelas previstas no planejamento anual de contratações da entidade	Avaliar o grau de aderência da execução das contratações em relação ao planejamento anual, permitindo o monitoramento da eficiência na gestão de aquisições e a identificação de desvios ou necessidades de reprogramação	(Novas Contratações Previstas no Caderno Orçamentário) / (Novas Contratações Realizadas)

Fonte: Gerência de Contabilidade (Gcont).

Elaboração: Diretoria de Administração (Dirad); Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Dado o histórico de financiamento da Funpresp-Jud, que foi estruturada a partir de empréstimos iniciais concedidos pelos patrocinadores, parte das despesas administrativas inclui a correção financeira sobre o saldo desse empréstimo. Essa característica contábil não se aplica à maioria das entidades fechadas de previdência complementar e, por isso, pode distorcer a comparação direta dos indicadores.

Para mitigar esse efeito, a Fundação adota, para determinados indicadores, duas versões de meta: uma meta orçamentária ordinária, que considera integralmente todas as despesas, inclusive as financeiras, conforme os critérios da Previc; e uma meta ajustada, que desconsidera a despesa com a correção do empréstimo inicial, permitindo comparações mais equitativas com outras entidades do setor. As metas estabelecidas para o exercício de 2025, assim como os resultados apurados em junho do mesmo ano, estão apresentados no Quadro 2:

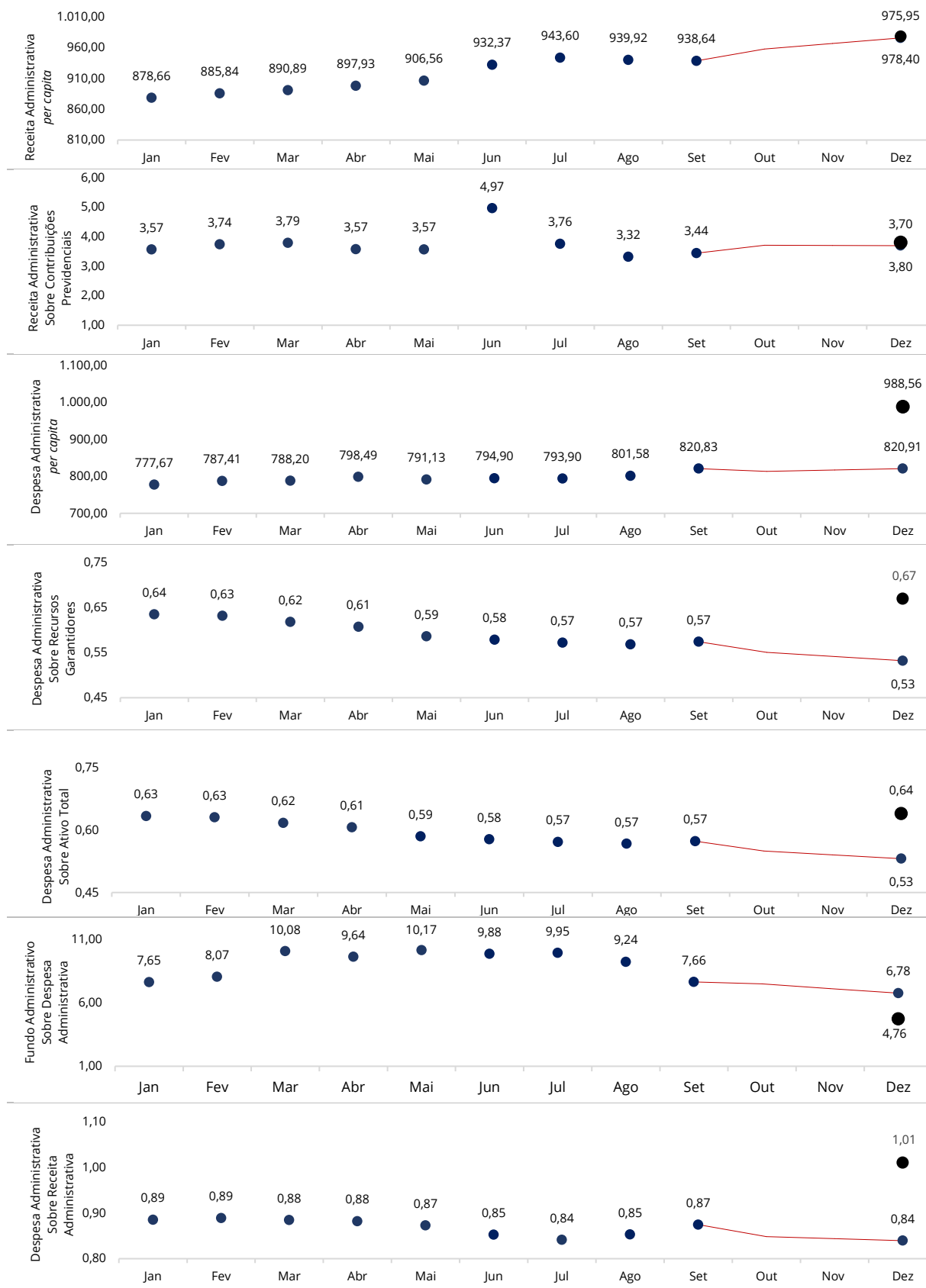
Quadro 2: Indicadores de Gestão - Setembro/2025

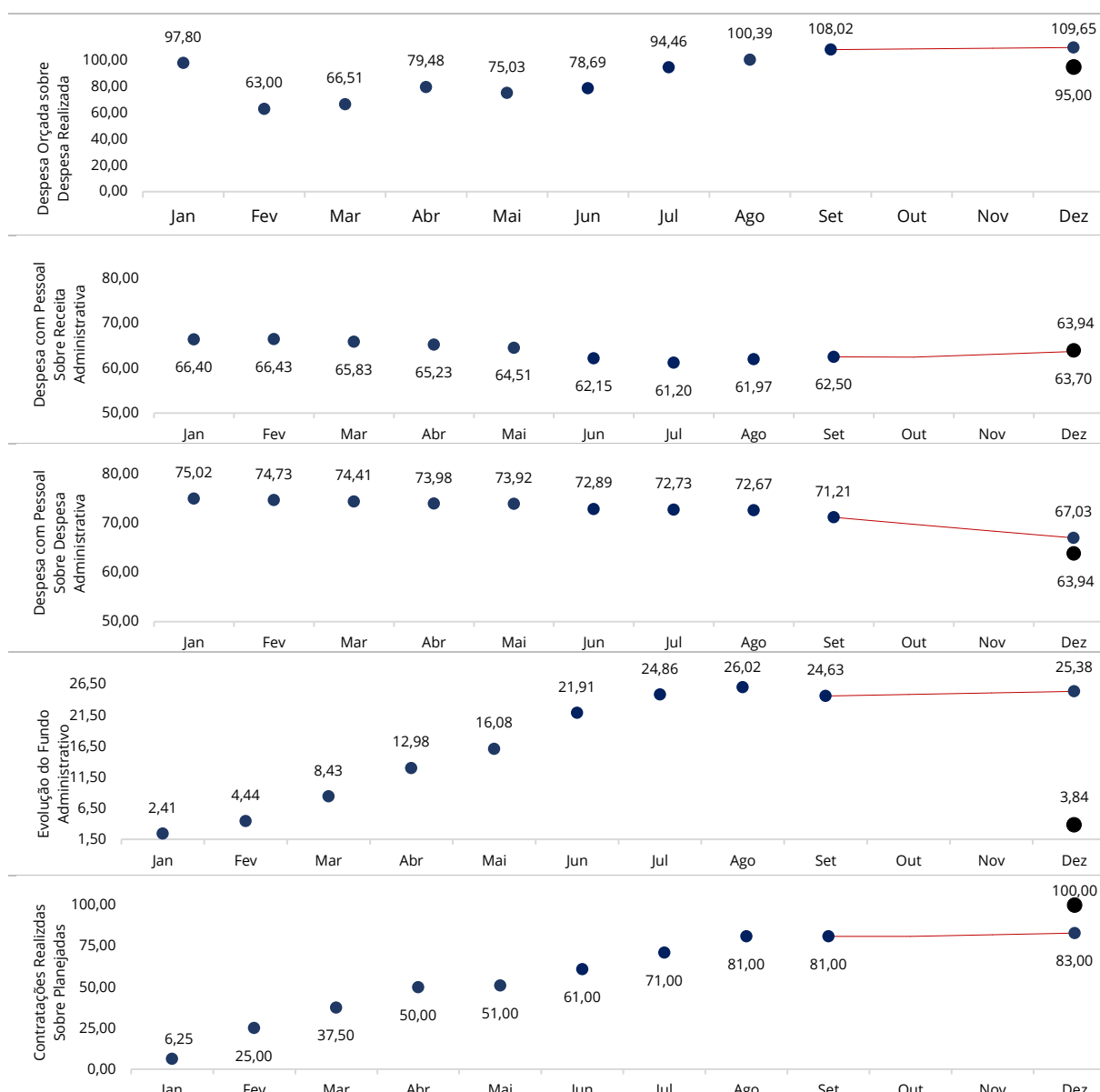
Indicadores de Gestão	Meta Orçamento 2025 (Dez)	Meta Ajustada Orçamento 2025 (Dez)	Realizado Setembro/2025
IGRPC Receita Administrativa <i>Per Capita</i>	978,40	-	938,64
IGRCP Receita Administrativa sobre Contribuições Previdenciais (novo)	3,80	-	3,44
IGDPC Despesa Administrativa <i>Per Capita</i>	988,56	954,01	820,83
IGDRG Despesa Administrativa sobre Recursos Garantidores	0,67	0,65	0,57
IGDAT Despesa Administrativa sobre Ativo Total	0,64	0,62	0,57
IGFAD Fundo Administrativo sobre Despesa Administrativa	4,76	6,52	7,66
IGDR Despesa Administrativa sobre Receita Administrativa	1,01	0,98	0,87
IGDORC (novo) Despesa Administrativa Realizada sobre Despesa Administrativa Orçada	95,00	-	108,02
IGPER (novo) Despesas com Pessoal sobre Receita Administrativa	64,61	-	62,50
IGPED Despesas com Pessoal sobre Despesa Administrativa	63,94	66,26	71,47
IGFA (novo) Evolução do Fundo Administrativo	1,07	1,06	(0,011)
IGCON (novo) Contratações Realizadas sobre Contratações Planejadas	100	-	81,00

Fonte: Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Gráfico 23: Indicadores de Gestão





6. Prestação de Suprimentos de Fundos (Cartão de Crédito)

Rubrica	Gerência Suprida	Valor (R\$)
Comunicação e Marketing	Geafi/Gecom	613,62
Material de Expediente	Geafi	598,36
Material de Informática	Geafi	12,00
Manutenção Predial	Geafi	408,98
Tarifa Bancária	Geafi/Gecom	19,49
TOTAL		1.652,45

Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev.

7. Contratos Firmados ou Aditivados

O Quadro 3 a seguir apresenta os contratos firmados ou aditivados em setembro de 2025.

Quadro 3: Contratos e Termos Aditivos assinados *

Contratada	Contrato / Termo Aditivo	Data ⁽¹⁾	Processo	Valor	Finalidade
VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.	Quinto Termo Aditivo ao Contrato Funpresp-Jud nº 07/2022	10/09/2025	01311/2022	N/A	Prorrogação de vigência e alteração da razão social em razão da incorporação da empresa Pontomais Tecnologia S.A.
Flash Tecnologia e Instituição de Pagamento Ltda.	Contrato S/N	19/09/2025	01709/2025	Multisserviços R\$15,90 por vida e Total Pass R\$ 59,90	Hub de serviços de bem-estar
Fitnnes For All Atividade Física Eireli Me	Contrato Funpresp-Jud nº. 30/2025	24/09/2025	01861/2025	R\$ 20.400,00	Ginástica laboral.
Neoassist.Com S.A.	Contrato Funpresp-Jud nº. 27/2025	26/09/2025	01717/2025	R\$ 191.280,00	Sistema de gestão do ciclo de atendimento ao participante

(1) A data adotada para fins de acompanhamento é a da publicação do extrato do contrato ou do termo aditivo no Diário Oficial da União (DOU).

Gerência de Administração e Finanças
Diretoria de Administração